



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BODOQUENA

LEI Nº 534/2009.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Bodoquena para o exercício financeiro de 2010, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Bodoquena - MS para o exercício de 2010, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes do Município, seus fundos e entidades da administração direta e indireta.

Art. 2º - O conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 18.590.149,00 (dezoito milhões e quinhentos e noventa mil e cento e quarenta e nove reais).

Art. 3º - A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	8.538.289	8.983.628	17.521.917
Receita Tributária	1.069.790	0	1.069.790
Receita de Contribuições	156.828	243.900	400.728
Receita Patrimonial	72.036	18.700	90.736
Receita de Serviços		282.290	282.290
Transferências Correntes	9.774.196	8.438.738	18.212.934
Outras Receitas Correntes	51.529	0	51.529
Dedução da Receita para o FUNDEF	-2.586.090	0	-2.586.090
RECEITAS DE CAPITAL	1.068.232	0	1.068.232
Transferência de Capital	1.068.232	0	1.068.232
RECEITA TOTAL	9.606.521	8.983.628	18.590.149



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BODOQUENA

Art. 4º - A despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, fixado o orçamento fiscal em R\$ 14.018.199,00 (quatorze milhões e dezoito mil e cento e noventa e nove reais), o orçamento da seguridade social em R\$ 4.571.950,00 (quatro milhões e quinhentos e setenta e um mil e novecentos e cinquenta reais).

Art. 5º - A despesa do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observada a programação constante dos quadros anexos a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

	R\$ 1.00		
	FISCAL	SEGURIDA- DE	TOTAL
Despesas Correntes	10.866.526	4.234.950	15.101.476
Despesas de Capital	2.965.673	337.000	3.302.673
Reserva de Contingência	186.000	-	186.000
TOTAL	14.018.199	4.571.950	18.590.149

DESPESA POR ÓRGÃO

	R\$ 1.00		
	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
PODER LEGISLATIVO	1.100.000		1.100.000
Câmara Municipal	1.100.000		1.100.000
PODER EXECUTIVO	12.918.199	4.571.950	17.490.149
Gabinete do Prefeito	490.000		490.000
Sec. Municipal de Administração e Finanças	2.200.000	0	2.200.000
Sec. Municipal de Promoção e Assist. Social	0	800.562	800.562
Sec. Municipal de Educação, Cult. Esp. Lazer	4.724.090	0	4.724.090
Sec. Municipal de Saúde		3.471.388	3.471.388
Sec. Municipal de Obras e Infra-Estrutura	4.698.109	300.000	4.998.109
Sec. Municipal de Turismo e Meio Ambiente	620.000		620.000
Reserva de Contingência	186.000		186.000
TOTAL	14.018.199	4.571.950	18.590.149

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita, bem como realizar opera-



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BODOQUENA

ções de crédito, até o limite fixado na Constituição Federal e Legislação Complementar Federal, mediante autorização genérica do Poder Legislativo.

Art. 7º - Ocorrendo alterações na Legislação Tributária em vigor, fica o Poder Executivo, mediante autorização legislativa, autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 8º - Durante o exercício de 2010 ficam o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a concederem reajustes de pessoal Ativo e Inativo, observando os dispositivos constitucionais e os artigos 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas Operações de Crédito, nos financiamentos e nas alienações, a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de contratos, convênios, alienações e outros atos da competência do Executivo.

Art. 10 - O Poder Executivo disponibilizará, até 31 de janeiro de 2010, o cronograma mensal de previsão de arrecadação de receitas e desembolso de despesas para o exercício de 2010, com base na Receita Prevista e Despesa Fixada por esta Lei.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, durante o exercício de 2010, créditos adicionais na forma do inciso II do art. 41 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa constante dos orçamentos que integram esta Lei, utilizando os recursos previstos nos incisos III do § 1º, do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - Fica autorizada, não sendo computada para efeito do limite fixado no "caput" deste artigo, a abertura de créditos suplementares destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais e às contrapartidas necessárias aos convênios realizados com o Estado e com a União, obedecendo aos limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2010 a abrir programas de trabalho, elementos de despesas e fontes de recursos para a implementação dos projetos e atividades não previstos neste orçamento.

Art. 13. Os repasses, ao Poder Legislativo Municipal, far-se-ão mensalmente, na



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BODOQUENA

proporção de 1/12 (um doze avos) do total dos valores estabelecidos pelo art. 29-A, da Constituição Federal, calculados sobre a receita efetivamente arrecadada no exercício de 2009.

§ 1º. Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fará o cálculo da apuração final da receita efetivamente realizada, após o encerramento do exercício financeiro de 2009.

§ 2º. O Poder Executivo procederá à adequação necessária, até o limite permitido, caso o total do Orçamento do Poder Legislativo Municipal seja inferior ao fixado nesta Lei.

§ 3º. Havendo superávit do total do Orçamento do Poder Legislativo Municipal, a diferença será objeto de suplementação das dotações, definidas nos prazos e nos elementos previamente indicados pela Câmara Municipal, não se computando para o limite estabelecido no art. 11, desta Lei.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bodoquena, 28 de outubro 2009.


Dr. Jun Iti Had
Prefeito Municipal